

ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

O executor do plano criado por Lula

Análise das propostas de Fernando Haddad são as últimas a analisadas pela parceria CFA-Jornal de Brasília



JORGE EDUARDO ANTUNES
jorge.antunes@grupojbr.com

Ex-prefeito de São Paulo entre 2013 e 2017 e ex-ministro da Educação de 2005 a 2012, durante o governo Lula, Fernando Haddad foi o escolhido pelo PT para substituir o ex-presidente, preso em Curitiba. Ele herdou não apenas a vaga, mas toda proposta de governo, centrada em uma agenda com temas populares, e que mira a revogação da reforma traba-

lhista e o teto de gastos do governo Temer, além do controle da mídia.

O novo candidato petista é professor de ciência política da USP, pela qual se graduou em direito, fez mestrado em economia e doutorado em filosofia. Foi oficializado no dia 11 e terá a ex-deputada federal e atual deputada estadual gaúcha Manuela d'Ávila (PCdoB) como candidata à vice. O desafio da dupla é conseguir que as intenções de voto destinadas a Lula sejam transferidas para a chapa.



Haddad herdou a vaga de Lula e também seu plano

AS 13 ÁREAS DO PLANO DE GOVERNO

Gestão

O plano Lula de Governo, assumido pelo candidato, propõe reforma do Judiciário, fim do auxílio-moradia e redução do período de férias de 60 para 30 dias. Promete apresentar, nos primeiros seis meses de Governo, proposta de novo marco regulatório da comunicação social. Também pretende restringir a propriedade cruzada de meios de comunicação (quando uma mesma empresa ou família possui diferentes veículos de comunicação). Propõe ainda uma política de recursos humanos para o setor público – seleção, capacitação, alocação, remuneração, progressão e aposentadoria. Entre suas prioridades também está a reforma dos tribunais de contas.

Educação

O Plano de Haddad/Lula prega a revogação da reforma do ensino médio e uma reformulação do sistema. Também inclui nas propostas um novo padrão de financiamento, que vise investir, progressivamente, 10% do PIB na área. Pretende viabilizar bolsas de estudos para travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade e investir na formação dos educadores e na gestão pedagógica da educação básica. Promete ainda a expansão da educação integral; a institucionalização do Sistema Nacional de Educação; e a ampliação das vagas em creches.

Privatizações

O plano é “conter as privatizações”, pois Fernando Haddad é contrário à privatização de ativos públicos, sobretudo de empresas consideradas “estratégicas”, como os setores financeiro e de energia. Há a promessa de devolver à Petrobras sua função de agente estratégico do desenvolvimento brasileiro, garantindo-a como empresa petrolífera verticalizada – atuando em exploração, produção, transporte, refino, distribuição e revenda de combustíveis – e como empresa integrada de energia, presente no ramo de petróleo, em biocombustíveis, energia elétrica, fertilizantes, gás natural e, sobretudo, petroquímica. Segundo consta no documento, a Eletrobras também retomará o papel estratégico no sistema energético brasileiro, como líder em estudos, planejamentos, geração e transmissão de energia elétrica no país.

Programas Sociais

O Governo de Haddad pretende adotar o Plano Emergencial de Emprego, que inclui a ampliação do Bolsa Família e do Minha Casa, Minha Vida, com investimentos em obras públicas e linhas de crédito mais baratas para pessoas com nome negativo em serviços de proteção ao crédito. O governo petista promete o aperfeiçoamento do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), para privilegiar a localização dos 49 conjuntos habitacionais em áreas consolidadas, com infraestrutura urbana e mais próximas dos empregos. A meta, segundo o plano de governo, é a contratação de 2 milhões de moradias até 2022, com prioridade para famílias de baixa renda, sobretudo aquelas pertencentes à Faixa 1 (renda familiar até R\$ 1.800)

Previdência Social

A reforma da Previdência é tida como garantia aos interesses da burguesia, em detrimento das condições ideais aos trabalhadores. A proposta de um futuro governo petista parte da premissa de que “o equilíbrio das contas da Previdência é possível, a partir da retomada da criação de empregos, da formalização de todas as atividades econômicas e da ampliação da capacidade de arrecadação, assim como do combate à sonegação”.

Reforma Trabalhista

A reforma trabalhista (e a terceirização irrestrita) são apontadas na proposta de Haddad como ponto de desequilíbrio das relações entre capital e trabalho, em favor dos empresários, que fragilizaram ainda mais os direitos dos trabalhadores. Promete revogar a medida, aprovada em 2017, e substituí-la pelo “Estatuto do Trabalho”, uma norma que vai dar mais poder aos sindicatos para organizar modelos de formação dos trabalhadores como estratégia para aumentar a produtividade.

Teto dos Gastos Públicos

O plano promete revogar a medida, que, na sua avaliação, impede os investimentos do estado em setores essenciais, como saúde e educação.

Política Econômica

A promessa do plano é um câmbio menos volátil, redução dos juros, ampliação do crédito e uma reforma tributária.

Geração de Empregos

O plano de governo promete priorizar o debate com a sociedade sobre as relações trabalhistas e as condições necessárias para a redução da jornada de trabalho. Também quer elaborar um novo Estatuto do trabalho, alinhado com as novas exigências de organização da produção do futuro e, em paralelo, valorizar os sindicatos e associações de trabalhadores e empresários na orientação da preparação para a qualificação profissional. Também promete reorganizar os fundos sociais existentes para criar uma nova política de proteção durante a vida laboral dos trabalhadores e manter a política de valorização do salário mínimo.

Segurança Pública

O plano petista defende uma política pela “segurança pública cidadã”, baseada em programas sociais e combate às desigualdades nas regiões mais vulneráveis e violentas. É contra a legalização do porte de armas. O governo petista fará uma revisão da lei sobre o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), classificado, hoje, como meramente indicativo: “ao ser posto em prática, o Susp precisa definir protocolos de organização e atuação, fontes de financiamento vinculadas a contrapartidas de prevenção e redução de crimes violentos e formação de gestores”. O programa propõe o fortalecimento dos sistemas de informação, de inteligência com “alta tecnologia, monitoramento de fronteiras, qualificação de profissionais de segurança” e combate à tortura. O plano acena para a descriminalização de substâncias. E “enfrentará o encarceramento em massa, sobretudo o da juventude negra e da periferia”, uma das metas para a área. Também está prevista a criação de uma Escola Penitenciária Nacional para capacitação de gestores.

Meio Ambiente

O plano de governo propõe uma “mudança na matriz produtiva liderada pela adoção de tecnologias verdes modernas, flexíveis e inteligentes, capazes de responder às crescentes demandas por sustentabilidade e inovação”. Segundo a proposta, as tecnologias verdes “perpassarão todos os setores da economia, fortalecendo o tecido produtivo e aumentando a capacidade de aprendizado e inovação”. Eles acreditam que, além de reduzir a poluição, as tecnologias verdes também modernizarão a matriz produtiva brasileira, “preparando a economia do país para competir com base nas novas tecnologias que definirão as economias avançadas do século XXI, gerando mais e melhores empregos e integrando cada vez mais o campo e a cidade.” Outra meta é zerar as emissões de gases do efeito estufa da matriz elétrica brasileira até 2050. Também tem destaque, entre as metas, a instalação de kits fotovoltaicos em 500 mil residências por ano.

Saúde

O plano de governo petista defende o Sistema Único de Saúde (SUS) como a “política pública mais inclusiva do país”. É reafirmado o compromisso de continuar a luta pela implantação total do SUS. A regulamentação das relações com as organizações sociais aparece com o objetivo de “superar o paradigma da precarização e da terceirização da gestão”.

Combate à Corrupção

“Os acordos de leniência, previstos na Lei Anticorrupção, não devem ser usados para proteger empresários corruptos, em prejuízo da empresa e dos trabalhadores”, diz o plano. O Governo promete constituir comissões para avaliar impacto e propor alterações para o aperfeiçoamento de leis apontadas pela comunidade jurídica como violadoras de direitos e garantias constitucionais, que interdita a política em função de uma aplicação prática que desvirtua as suas finalidades. A proposta de Reforma Política com Participação Popular também figura entre suas prioridades. O aperfeiçoamento de leis e procedimentos que garantam cada vez maior transparência e prevenção à corrupção, bem como a adoção de mecanismos de gestão e de boas práticas regulatórias dos órgãos públicos figura entre suas metas. Os critérios de escolha dos integrantes do STF e demais Tribunais superiores é também uma das suas metas.